

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS**  
**TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**

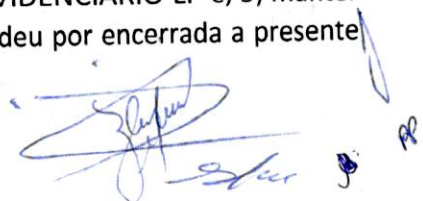
**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**  
**74ª Reunião Ordinária**

**ATA Nº 12/2021**

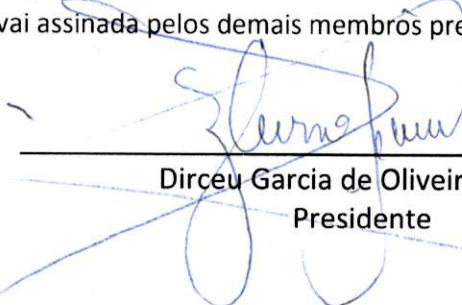
Aos quinze do mês de dezembro do ano de 2021, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2021, o Diretor Administrativo-Financeiro, os representantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Clécio Abrahão Ataíde, Fabricio de Moura Santos, Fernando Nascimento e Rafaela Nicole do Prado. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) elaboração do calendário de reuniões 2022; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até o dia 14 de dezembro de 2021; e, 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de novembro/2021. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em novembro no montante R\$ 1.126.184,99 (0,87%); considerando que o IPCA foi de (0,95%), não foi possível cumprir a meta atuarial determinada para mês (1,38%). Verificou-se retorno positivo de (1,83%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, por suas vezes, apresentaram performance inferior (-1,61%), puxadas pela desvalorização no índice BOVESPA e mais uma vez, negativamente pela marcação a mercado das cotas do fundo de investimento imobiliário BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES; as aplicações no exterior apresentaram performance positiva (0,59%). Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (-1,75%) é insuficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (14,63%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. Na última reunião do ano realizada pelo Copom, foi decidido elevar mais uma vez a Selic em 1.5 pontos percentuais, fechando o ano de 2021 em 9,25%. O número ficou bem distante dos 2,00% que foi registrado na primeira reunião realizada em janeiro desse mesmo ano. As expectativas do próprio banco é que ocorra um reajuste de igual impacto na próxima reunião em fevereiro, devendo elevar a Selic para 10,75%. Já em relação a PEC dos precatórios, após um acordo para fatiar o texto, o congresso promulgou, os dispositivos que já haviam sido aprovados nas duas casas, e entre essas principais mudanças, está a mudança no cálculo do teto de gastos. As alterações feitas pelo senado, que ainda precisam ser apreciadas pelos deputados, serão pensadas em outras PEC que correm pela câmara, e já pronta para ser elevada ao plenário. Já no cenário externo, os primeiros indícios da baixa letalidade da variante Ômicron, fizeram o mercado respirar um pouco mais aliviado. Outro ponto que vale ressaltar, é que essa semana ocorrerá uma reunião do FED, na qual, deve ser anunciada a antecipação do fim do programa de compra de títulos públicos, o que de certa maneira, impacta a liquidez global. Além disso, o mercado aguarda a divulgação das novas projeções para a taxa de juros nos Estados Unidos, que pelas expectativas, devem sinalizar pelo menos duas altas em 2022. Os mercados chineses subiram com as novas especulações de estímulo econômico a serem anunciadas pelo governo para impedir a deterioração adicional do setor imobiliário, com isso o minério de ferro salta em meio ao indicio de estímulos por parte do governo chinês. Tanto a bolsa de valores brasileira quanto as bolsas estrangeiras, reagiram de forma positiva às menores preocupações com a covid-19. Para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a projeção diminuiu, de 10,18% para 10,05% em 2021. Para 2022, a previsão para o IPCA manteve o mesmo, de 5,02%. Para 2023, as estimativas diminuíram de 3,50% para 3,46%. Para 2024, as projeções ficaram em 3,09%. A projeção para o PIB (Produto Interno



Bruto) caiu de 4,71% para 4,65% em 2021. Para 2022, a estimativa caiu de 0,51% para 0,50%. Para 2023 a projeção caiu de 1,95% para 1,90% e para 2024, as projeções caíram de 2,10% para 2,00%. Para a taxa de câmbio, a estimativa subiu de R\$5,56 para R\$5,59 em 2021. Para 2022, o valor manteve o mesmo de R\$5,55. Para 2023, a projeção também se manteve o mesmo de R\$5,40. Para o ano de 2023, a projeção foi a mesma de R\$ 5,30. Para a taxa Selic, o ano de 2021 fechou em 9,25% Em 2022, a projeção subiu de 11,25% para 11,50%. No ano seguinte, a projeção manteve a mesma para 8,00% e em 2024, também se manteve em 7,00%. Nessa semana teremos a divulgação do IBC-BR aqui no Brasil e teremos uma maior clareza sobre o desempenho da atividade econômica do país. Já nos Estados Unidos, o foco nessa semana será em torno da divulgação das novas projeções para a taxa de juros, que pelas expectativas dos especialistas, devem sinalizar, pelo menos duas altas em 2022. Também teremos a divulgação dos dados do varejo de novembro nos EUA, onde o mercado projeta uma alta de 1,7%. Quanto as expectativas com relação ao Brasil, passa por um processo de imunização mais eficiente. Teremos que acompanhar as decisões do Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Os dados indicam uma pressão persistente nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. Podendo se esperar mais mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. A partir disso, teremos que avaliar o andamento de reformas e em qual intensidade será elaborada. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, segue sendo o principal foco, devido as recentes manobras do governo para amplia-lo. Caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado e brusco na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Situação que o Brasil vem tentando evitar ao longo dos últimos anos, reconquistar os investidores estrangeiros, a partir de um quadro fiscal mais bem elaborado, uma agenda de reformas estruturais, que ocasionalmente levaria o Brasil a um controle maior sobre as receitas e gastos governamentais. Apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas seguem sendo o plano de vacinação contra a Covid-19 e toda a pauta de reforma que segue sem definição pelo governo. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos *Crédito & Mercado* recomenda a adoção das seguintes estratégias: *mantemos nossa recomendação de adotar cautela nos investimentos e acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Mantemos a sugestão para que os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDKa IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional - Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais), não estamos recomendando o aporte no segmento, com a estratégia de alocação em 5%, sendo indicado para os RPPS que possuem porcentagem igual ou maior, aos que possuem porcentagem inferior a 5%, recomendamos a não movimentação no segmento. Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão.* À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em renda fixa, no fundo de investimentos BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP; 2) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) em renda fixa, no fundo de investimentos CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF; 3) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) em renda fixa, no fundo de investimentos CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP; 4) autorizar o Gestor a aplicar R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) em renda fixa, no fundo de investimentos BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP e, 5) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 09:09h, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente

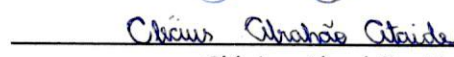


reunião ordinária, da qual eu, Rafaela Nicole do Prado, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



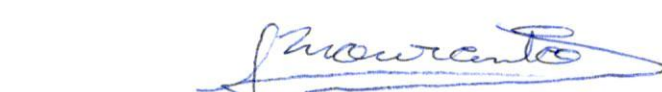
---

Dirceu Garcia de Oliveira Junior  
Presidente



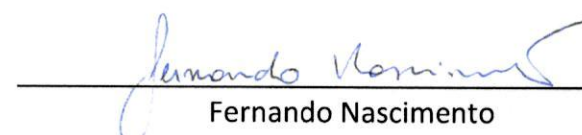
---

Clécio Abrahão Ataíde  
Diretor Administrativo-financeiro do TLPREV




---

Fabricio de Moura Santos  
Representante do Conselho de Administração



---

Fernando Nascimento  
Representante do Conselho Fiscal



---

Rafaela Nicole do Prado  
Representante dos Servidores Públicos Municipais

---